



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ BATISTA DE LIRA NETO**

**A ERA DO OURO BRANCO EM INGÁ-PB: caminhos da  
modernidade e declínio da economia algodoeira (1920 – 1983)**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2016**

**JOSÉ BATISTA DE LIRA NETO**

**A ERA DO OURO BRANCO EM INGÁ-PB: caminhos da  
modernidade e declínio da economia algodoeira (1920 – 1983)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, para obtenção do grau de licenciado em História.

**Área de concentração:** História.

**Orientador:** Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.

CAMPINA GRANDE – PB  
2016

L768e Lira Neto, José Batista de  
A era do ouro branco em Ingá-PB [manuscrito] : caminhos da modernidade e declínio da economia algodoeira (1920 – 1983) / Jose Batista de Lira Neto. - 2016.  
40 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, Departamento de História".

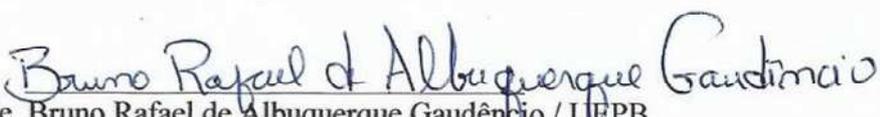
1.Algodão. 2.Ingá. 3.Memória. 4.Modernidade. I. Título.  
21. ed. CDD 330.9

JOSÉ BATISTA DE LIRA NETO

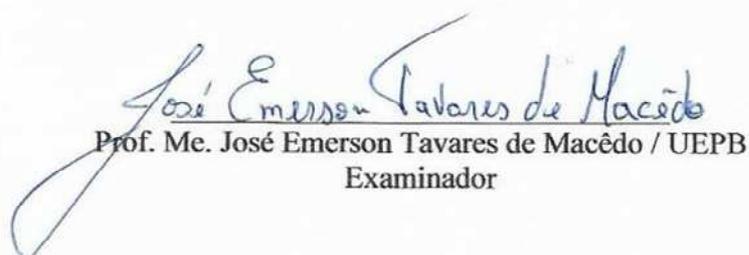
**A ERA DO OURO BRANCO EM INGÁ-PB: caminhos da modernidade e declínio da economia algodoeira (1920 – 1983)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, para obtenção do grau de licenciado em História.

Aprovada em 21/10/2016.

  
Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio / UEPB  
Orientador

  
Prof. Me. Jordan Queiroz Gomes / UEPB  
Examinador

  
Prof. Me. José Emerson Tavares de Macêdo / UEPB  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu avô, José Batista de Lira, pela dedicação,  
ensinamentos e inspiração, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A minha família que sempre me apoiou nessa caminhada, mesmo eu fazendo um curso que para muitos não é de prestígio eles nunca se opuseram e deixaram eu seguir meus objetivos, sempre me apoiando.

Ao meu avô José Batista de Lira (*in memoriam*), que me inspirou a fazer essa pesquisa, com quem queria fazer esse trabalho junto, mas infelizmente nós não sabemos quando as pessoas vão embora e ele foi antes do que eu imaginava, mas continuei minha pesquisa e embora fisicamente ausente, sei que me ajudou quando estava escrevendo.

A Deus por estar sempre ao meu lado me protegendo e ajudando nas minhas lutas diárias.

Ao professor Prof<sup>o</sup>. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio pelas indicações de leituras, por ser muito atencioso e pela dedicação durante a orientação.

Aos professores que conheci durante o curso tanto na universidade como nos projetos. Obrigado por terem mudado minha visão de mundo e mostrado como é belo a profissão de lecionar e pesquisar, guardarei muitos de vocês para sempre na minha memória.

Aos colegas de classe, ousarei dizer, amigos de classe, pelos momentos felizes e únicos que levarei na minha memória, obrigado por me apoiarem nessa caminhada e vocês sempre serão os melhores historiadores que conheci.

## RESUMO

Este trabalho permeia as discussões acerca da trajetória do algodão na cidade de Ingá (Paraíba), no período de 1920 a 1983, dando destaque aos personagens que constituíram a sociedade algodoeira da cidade, a influência tanto das empresas como de cidades, com foco em Campina Grande que foi o grande exemplo da ascensão algodoeira da Paraíba, aos símbolos da modernidade que chegaram juntamente com o cultivo do algodão na cidade, procurando demonstrar as mudanças que os sujeitos históricos presenciaram enquanto atores sociais daquela época, percorrendo toda a pesquisa desde o início do cultivo até o final do mesmo com a praga do bicudo. Buscando através desse trabalho uma maior valorização da memória da cidade, já que o algodão trouxe tantos benefícios para ela, mas não é devidamente explorado como identidade cultural dessa sociedade. Nossa pesquisa enquadra-se na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, a partir de um diálogo com Chartier. Além disso, houve uma discussão sobre história e memória através de Nora e Pollak. Quanto ao método utilizamos das técnicas da História Oral, a partir de entrevistas realizadas com antigos moradores da cidade. Ademais, utilizamos fontes além das orais, como as escritas e realizamos uma revisão bibliográfica, dialogando com trabalhos consagrados que englobavam a temática sobre a História do algodão na Paraíba.

**PALAVRAS-CHAVE:** Algodão; Ingá; Memória; Modernidade.

## **A B S T R A C T**

This work permeates discussions about cotton commerce trajectory in the city of Ingá (Paraíba), among 1920-1983, highlighting the people that formed the cotton company in the city, the influence of both companies and cities, focusing on Campina Grande that was the great example of cotton's commerce rise in Paraíba, symbols of modernity that came along with the cultivation of cotton in the city, trying to demonstrate the changes that the historical individuals lived as social actors of that time, talking in all the research from the beginning until the end of cultivation, with the bicudo's plague. Aiming through this work a greater appreciation of the city's memory, since cotton brought so many benefits to it, but it is not properly valorized as identity culture of this society. Our research is part of the theoretical and methodological perspective of the New Cultural History, from a dialogue with Chartier. Besides, there was a discussion about history and memory through Nora and Pollak. As for the method, we used techniques of Oral History from interviews with former residents of the city. In addition, we also used written sources, and performed a literature review, dialoguing with well-known work that included themes on the history of cotton in Paraíba.

**KEYWORDS:** Cotton; Ingá; Memory; Modernity.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: DOS GRANDES FAZENDEIROS AS GRANDES EMPRESAS:<br/>OS PRIMEIROS PASSOS DA ASCENSÃO ALGODOEIRA EM INGÁ .....</b>                              | <b>16</b> |
| 1.1 Os fazendeiros: porta-vozes da modernidade .....  | 16        |
| 1.2 As empresas: a modernidade que vinha de fora .....  | 24        |
| <b>CAPÍTULO 2: DOS TRABALHADORES DAS GRANDES EMPRESAS AO<br/>DECLÍNIO DA ECONOMIA ALGODOEIRA: A VIVÊNCIA E O FIM DOS<br/>CAMINHOS DA MODERNIDADE.....</b> | <b>26</b> |
| 2.1 Os trabalhadores: agentes construtores da modernidade .....   | 26        |
| 2.2 As conquistas da modernidade .....  | 28        |
| 2.3 Declínio da economia algodoeira ingaense e o golpe final dado pela peste do<br>bicudo.....  | 32        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>37</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>38</b> |
| <b>FONTES ORAIS .....</b>   | <b>40</b> |

## INTRODUÇÃO

Ingá é uma cidade localizada no interior da Paraíba, próxima a cidade de Campina Grande. Na Paraíba várias cidades se beneficiaram do algodão, conseguindo várias conquistas e muitas valorizam essa memória do crescimento da sociedade através da cultura algodoeira, mas em Ingá tal sentimento muitas vezes passa despercebido. Desta forma, esse trabalho busca dar um novo olhar a História do Algodão em Ingá, fazendo com que as pessoas valorizem mais a história dessa época, a História do período em que Ingá se equiparava as grandes cidades da Paraíba com seus “símbolos de moderno”, termo utilizado no trabalho de Gervácio Batista Aranha (2005).

E para isso iremos mostrar o cotidiano das instâncias e os grupos sociais que formaram a sociedade algodoeira ingaense, pois através deles é que podemos entender as ações que fizeram a sociedade ingaense prosperar e as relações que eram estabelecidas entre esses grupos. Com eles também pretendemos apresentar os impactos que a modernidade trazida na época do algodão causou na cidade, através dos símbolos, signos e equipamentos do moderno, já que esses grupos sociais eram quem utilizavam e alguns traziam esses símbolos, conseqüentemente trabalhando a relação cotidiana que estes grupos tinham com esses símbolos. Mas outra instância também iria influenciar na sociedade algodoeira da cidade, estas seriam as empresas estrangeiras, por isso que também buscamos demonstrar as relações e as conseqüências da convivência com essas empresas que controlavam quase que todo comércio da cidade. E como havia uma relação entre Ingá e Campina Grande por conta da economia algodoeira iremos discutir essa relação, buscando os benefícios que ambas conseguiram com esse relacionamento. Iremos também apresentar os benefícios que as ferroviárias trouxeram a sociedade algodoeira de Ingá, já que a sociedade algodoeira tinha estreita relação com as ferroviárias. E por fim atribuir as causas que levaram ao fim da economia algodoeira de Ingá, tratando as questões econômicas como os relatos sobre a praga do bicudo na cidade, colocando Ingá como mártir da cultura algodoeira do Nordeste.

A ideia de começar a pesquisa para esse trabalho veio das conversas que tinha com meu avô, José Batista de Lira, onde o mesmo falava muito do Ingá na época do algodão, já que o mesmo trabalhou grande parte da sua vida na Anderson Clayton e usufruiu de tudo que a modernidade trazida na época do algodão proporcionou. Esse trabalho seria uma pesquisa conjunta que faria com ele, mas ele veio a falecer antes que

a começasse, embora nós muitas vezes pensarmos que os sujeitos da história sempre estarão em seus lugares para serem consultados, sendo que os mesmos a qualquer momento podem partir, mas para que a ideia não morresse continuei a pesquisa como uma homenagem ao legado dele.

Acreditamos que nosso trabalho poderá servir para despertar a população ingaense acerca da sua história, fazendo com que reflitam sobre a constituição da sociedade ingaense atual, devido aos problemas enfrentados no passado. E fazer com que discutam as permanências das práticas daquela época, para que eles remetam as influências que nós recebemos de determinadas instâncias trabalhadas, de determinadas cidades e talvez países que tiveram relação com a sociedade paraibana, consequentemente ingaense.

Também entendemos que este trabalho pode gerar conteúdo suporte para a construção e formação de um museu sobre a identidade do ingaense. Fazendo com que escolas e visitantes, possam rever e construir atividades educacionais sobre a História de Ingá, através da visitação ao museu. Ademais, através desse trabalho pode-se chegar a um aprofundamento teórico e mais aprofundado sobre o tema proposto.

Este trabalho se insere na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, a partir da discussão sobre Representações, memória e História Oral. Iremos partir do pressuposto formado por Chartier onde a história cultural tenta identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída. Onde a partir de classificações, divisões e delimitações irá resultar na apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. E a partir das variáveis de determinadas classes sociais produzidas por determinado grupos, onde o espaço pode ser decifrado. (CHARTIER, 1990, p. 16-17)

Chartier também nos alerta sobre determinadas representações do mundo social que são forjadas pelos interesses de determinado grupos. Aí está a necessidade de relacionar os discursos proferidos (CHARTIER, 1990, p. 17). Então buscamos nesse trabalho relacionar os discursos dos personagens de várias instâncias da sociedade ingaense para que determinados discursos de um grupo não fossem os únicos e que apenas a visão de um determinado grupo não viesse a prevalecer como a história daquela época.

Ele continua provocando essa ideia quando diz que devemos “...considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprias de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais” (CHARTIER, 1990, p. 18). Cada grupo possui sua percepção do meio em que ele está inserido, por isso neste trabalho irá ocorrer uma divisão e discussão a partir de cada grupo.

Em seu trabalho Chartier continua promovendo isso quando diz que podemos pensar numa história cultural do social que busque a compreensão dos motivos, isto é, das representações do mundo social. Onde os atores sociais traduziriam suas posições e interesses, descrevendo a sociedade tal como pensam que ela é (CHARTIER, 1990, p. 19). As entrevistas nesse trabalho tiveram esse caráter de através dos atores sociais encontrarmos a descrição da sociedade tal como eles pensavam que era.

E a última contribuição de Chartier (1990) para o nosso trabalho é com seu conceito de representação que nos leva a três modalidades de relação com o mundo social: “em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 1990, p. 23). Este conceito servirá de espelho para que os objetivos do trabalho possam gerar um reconhecimento da identidade social ingaense e a existências de determinados grupos que construíram a sociedade ingaense como conhecemos.

Quanto a metodologia, utilizamos das técnicas da História Oral, a partir de um diálogo com Meihy, François, Lozano e Joutard. A História Oral servirá de norte para trabalharmos com as entrevistas, onde retiramos os relatos orais que serão uma das principais fontes deste trabalho. Já que a “história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista” (MEIHY, 2007, p. 14). E para isso devemos entender que a história oral foca nos dominados, nos silenciados e excluídos da história, que ela valoriza a história cotidiana, da vida privada e a história local. (FRANÇOIS, 1996, p.4) Além de sabermos que ela “é mais do que um simples

aperfeiçoamento técnico ou um requinte metodológico” (FRANÇOIS, 1996, p. 7) É com a habilidade de trazer “elementos novos” que a história oral se torna impar para uma pesquisa.

Através da história oral é alcançado um aspecto que só ela proporcionará, isto é, a “relação original entre o historiador e os sujeitos da história” (FRANÇOIS, 1996, p. 9) Essa relação de proximidade é o que torna a entrevista um dos melhores métodos para refletirmos sobre o nosso papel como sujeitos históricos.

E partir desse encontro com os sujeitos da história, há uma contribuição para a reflexão sobre a questão da pertinência social da história e também do lugar do historiador na cidade (FRANÇOIS, 1996, p. 10). Mas não só isso, as entrevistas também podem ser vistas para esses sujeitos como uma “perspectiva emancipadora de recuperação de sua própria história reprimida e, portanto, de redescoberta de identidade” (FRANÇOIS, 1996, p. 11) É importante salientar que o papel do historiador não pode se limitar a de entrevistador, o historiador deve se preocupar com que o documento não substitua a pesquisa e a análise histórica (LOZANO, 1996, p. 17).

Para Meihy (2007) o historiador deve se atentar ao compromisso com a devolução dos resultados do projeto, pois toda entrevista nesse modelo sempre tem um dever social. Devolvendo assim aos protagonistas geradores, a comunidade onde eles estão inseridos. (MEIHY, 2007, p. 17). Já que a história oral tem um compromisso de devolução social, ela sempre deve retornar ao grupo que a fez gerar, seja em forma de livro, exposição ou outros meios (MEIHY, 2007, p. 31). A história nos torna tão próximos de determinados grupos que esse dever apontado por Meihy se torna muito explícito, já que atuando no meio desses grupos e ouvindo suas histórias sobre determinados acontecimentos, histórias que muitas vezes foram esquecidas ou silenciadas, nos atenta ao compromisso de devolver a esses grupos uma história formada, onde aqueles protagonistas, aqueles personagens, agora terão vozes que retornam em forma de texto elaborado pelo historiador, que terá o compromisso social de dar a voz construtora de identidade a quem antes não tinha.

Sendo intercâmbio entre a história e as outras ciências sociais e do comportamento, isto é, com a antropologia, a sociologia e a psicologia, a história começou a ter mais interesse pelas questões culturais e simbólicas, nas mentalidades e na formação e evolução das identidades coletivas dos grupos humanos (LOZANO,

1996, p. 19). É importante demonstrar esse fato, pois a partir desse novo foco alcançado pela história oral é que nosso trabalho ganha maior relevância, já que o mesmo comunga dessa perspectiva de pesquisas que surgiu a partir da história oral.

No total foram oito pessoas entrevistadas, através de perguntas previamente elaboradas sobre o tema da pesquisa, mas todas em aberto para que elas pudessem incluir novos fatos e se sentissem mais à vontade para demonstrar seus relatos, isto é, foram perguntas semi-estruturadas que seguiram um roteiro. Todas as entrevistas foram gravadas para que as mínimas nuances das falas dos personagens históricos não passassem despercebidas.

Lozano (1996) em seu trabalho classifica os tipos de estilos da história oral e para maior exemplificar nossa proposta, afirmarei que nos enquadramos no “estilo do analista completo” onde o historiador considera a fonte em si mesma e não apenas como uma ilustração, situando historicamente os depoimentos orais, complementado suas fontes orais com outras fontes documentais. (LOZANO, 1996, p. 23)

Antes de finalizarmos a contribuição da história oral devemos apontar alguns fatos que tornam o uso dela contundente. Desde 1975 foi criado na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de história oral (JOUTARD, 1996, p. 47). Isso mostra que os primeiros passos para a aceitação da história oral no Brasil já foram dados a um bom tempo. Outro fato é que “na América Latina, não se pode separar o progresso da história oral da influência da escola francesa dos *Annales*” (JOUTARD, 1996, p. 53) E a estreita relação entre história oral e Memória devido a influência na historiografia francesa do projeto de Pierre Nora (JOUTARD, 1996, p. 54)

E por fim a história oral é importante pois o historiador que está em busca do seu passado e de sua identidade, faz com que a tarefa do historiador oral nos leve a reflexão teórica, o trabalho empírico e de campo, tomando maior vínculo com os sujeitos estudados, vendo naquele momento a fonte ser constituída, que é o que faz o pesquisador se tornar historiador (LOZANO, 1996, p. 24)

Como já citamos as contribuições de Pierre Nora são de grande importância para a história oral. Já que como ele mesmo afirma “A necessidade de memória é uma necessidade de história” (NORA, 1993, p. 14). A memória e a história se opõem, a memória trabalha diretamente com os grupos vivos sujeitos a lembrança e ao

esquecimento, estando sujeita a manipulação, já a história é a reconstrução com a problemática do que não existe mais (Ibidem, p. 9) Mas não deixam de ter relações já que para construir a problemática, muitas vezes a história recorre as memórias, procurando muitas vezes esses vazios do esquecimento, buscando os “lugares de memória”, onde a própria memória seria um lugar de memória.

E quando Michael Pollak (1992) nos mostra os elementos que constituem a memória, individual ou coletiva ele fortalece o que Nora nos propôs, pois ela se constitui a partir de: acontecimentos vividos pessoalmente ou por um grupo; por pessoas, personagens; e por lugares. Então nesse trabalho estamos buscando esses acontecimentos vividos no pessoal ou por um grupo, ligado a personagens que constituem papel conciso na construção dessa narrativa, e os lugares que remetem a relação dos personagens com os acontecimentos. Mas não só isso, buscamos as “memórias subterrâneas” de uma memória das minorias que nem sequer teve a oportunidade de existir.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo irá discutir a trajetória dos fazendeiros no início da cultura algodoeira em Ingá, tratando-os como os porta-vozes da modernidade; e também irá demonstrar o primeiro contato das grandes empresas algodoeiras que vieram se instalar na cidade e a influência de fora que elas traziam. No segundo capítulo iremos apresentar os trabalhadores como construtores e sujeitos presentes na economia e na modernidade trazida pelo algodão; em um segundo momento iremos demonstrar as conquistas da modernidade que chegaram a cidade e a relação que as pessoas envolvidas com o algodão tiveram com as mesmas; e em um último momento iremos refletir sobre as causas que levaram ao fim da cultura algodoeira em Ingá e a relação da praga do bicudo na cidade.

## **CAPÍTULO 1: DOS GRANDES FAZENDEIROS AS GRANDES EMPRESAS: OS PRIMEIROS PASSOS DA ASCENSÃO ALGODOEIRA EM INGÁ**

### **1.1 Os fazendeiros: porta-vozes da modernidade na cidade**

Quem planta o algodão, para ganhar dinheiro, para conseguir independência econômica, abandona processos velhos, dizendo adeus, aliviados à enxada, símbolo da pobreza, e segue o exemplo dos agricultores do Ingá. (Jornal “A União”, 15.03.36 apud SORRENTINO et al, 1993, p. 51)

Como muitas outras cidades da Paraíba no Ingá foi introduzido a cultura do algodão e com isso conseguiu-se uma boa taxa de desenvolvimento que encontraria seu auge no século XX, e mais especificamente na década de 1940. O algodão era a esperança que o povo de Ingá teve para se livrar da pobreza e das dificuldades que abalavam o povo naquela época. Este “ouro branco” era o caminho que a sociedade de Ingá deveria trilhar para conseguir o sucesso e a mudança.

Entre as cidades que se destacaram na cultura do algodão, podemos colocar Campina Grande como grande exemplo do sucesso algodoeiro, por isso que trilhamos o caminho que a pesquisadora Josefa Gomes fez, quando constrói diretrizes sobre a História do algodão de Campina Grande, através de seus questionamentos podemos relacionar alguns pontos com a História do Algodão em Ingá.

Devemos primeiro perceber que algumas instâncias se destacaram no que diz respeito ao cultivo do algodão naquela época, estes eram: os grandes latifundiários, a elite algodoeira, isto é, os grandes fazendeiros que cultivavam e comercializam o algodão; as grandes empresas do algodão; os funcionários das grandes empresas de algodão; e os comerciantes do algodão em geral, pois estes foram os que mais perduraram durante a era do algodão em Ingá.

Com o enriquecimento pelo algodão, alguns fazendeiros/comerciantes acumularam muitas riquezas e são eles que estavam à frente da perspectiva do processo modernizador da cidade, enquanto restavam aos trabalhadores a distância desse processo de modernização, tendo de migrar para os centros industriais. Embora sabemos que esses trabalhadores foram a chave para o sucesso do algodão.

Sabemos que nessa época os ares da Modernidade haviam chegado ao Brasil trazendo ferrovias, equipamentos, lugares de lazer e outros avanços para o comércio do algodão. Ferrovias já estavam implantadas e prontas para transportar o algodão. As

máquinas vindas da Inglaterra também já estavam em intenso trabalho. Isso tudo já havia acontecido em Ingá, o que restava a nós sabermos, era quais mudanças isso acarretaria na sociedade ingaense e se realmente seriam duradouras. Então procuramos buscar os símbolos, signos e equipamentos do moderno que iriam mudar os modos de viver da sociedade ingaense.

Algumas famílias como a Bacalhau, a Cândido e a Luz já descobriam os benefícios da produção algodoeira (SORRENTINO et al, 1993, p. 51). Mas não só essas famílias seriam atingidas, pois como afirma Sorrentino et al.: “O Ingá era tido como município padrão da expansão algodoeira e da sua modernização” (1993, p. 51). Com essa afirmação podemos perceber que grande parte da sociedade ingaense sofrera dos benefícios da modernização trazida pela cultura algodoeira. E como estes produtos estavam em negociação constante com Hamburgo e Bremen, ambas cidades da Alemanha, com Liverpool no Reino Unido, localizado no Noroeste da Inglaterra, os modos de viver da cultura desses lugares chegariam a Paraíba e conseqüentemente ao Ingá.

E para aprofundarmos sobre essas famílias buscamos através do relato de descendentes das mesmas, procurar a relação delas nessa época e a influência que elas tiveram na sociedade algodoeira ingaense. Visto que estes personagens deveriam ser os principais porta-vozes da modernidade na cidade.

Sobre *os Bacalhau* descobrimos através do relato oral as seguintes afirmações. Descobrimos que na época do algodão em Ingá os produtores que mais se destacaram no cultivo do algodão foram Euclides Magno Bacalhau e Alcydes Magno Bacalhau, irmãos que cultivavam algodão em fazendas diferentes, mas para o bem da mesma família. Em cada uma de suas fazendas eles lidavam com 120 hectares, tendo por base 60 homens, estes responsáveis pelo cultivo do algodão. Com tamanha aquisição, o poder aquisitivo destes fazendeiros era muito alto, englobando-os assim na elite algodoeira da cidade. Alcydes com sua propriedade na Serra Verde e Euclides localizado no Tambor e Várzea Nova.

Como grandes senhores do algodão eles tinham uma estreita relação com a Anderson Clayton, empresa que se instalara em Ingá e que vamos discutir posteriormente. E também negociavam com a SANBRA, pois o algodão as vezes saía do Ingá para a SANBRA em Campina Grande. Isso mostra o quanto Campina Grande

era influente no setor algodoeiro da Paraíba, já que os maiores produtores de algodão de Ingá negociavam com a sociedade campinense. Essa relação também deve ter fecundado de outras formas na sociedade, trazendo para Ingá influências do modo de viver e na compra de produtos, como roupas. E o comércio em sua maioria era em Campina Grande, visto que no Ingá não havia tantas opções de empreendimentos de vendas

Os trabalhadores *dos Bacalhau* não poderiam reclamar, os mesmos recebiam o pagamento dos seus contratantes semanalmente, embora saibamos que a vida do sertanejo naquela época não era fácil.

Normalmente a elite algodoeira que surgira na Paraíba eram detentoras de várias propriedades e no Ingá não foi diferente, além de suas fazendas *os Bacalhau* possuíam casas na cidade que mostravam o seu poder aquisitivo e o interesse pela área urbana, não ficando apenas focados na área rural, levando para a cidade a modernidade.

A outra família que se destacou foi *os Cândido*, que através dos relatos conseguimos concluir que Manoel Cândido era um dos maiores comerciantes da cidade, sua atividade era tão avançada que o mesmo já dispunha de uma máquina a vapor, onde preparava e já mandava o algodão pronto, direto para a Inglaterra, através das suas relações com os comerciantes ingleses.

Só os grandes proprietários adquiriam essa maquinaria, pois só alguns proprietários tinham condições financeiras para aquisição dessas máquinas, o que fazia com apenas um ou outro fazendeiro ou comerciante beneficiador chegasse a instalar essas máquinas em cidades ou distritos (ARANHA, 1991, p. 210).

Mas as atividades dos Cândido não se resumiam ao Ingá, eles também tinham uma produção rentável na região que hoje se localiza Riachão do Bacamarte, antigo povoado de Ingá. Os Cândido de Riachão negociavam diretamente com seus familiares de Ingá, gerando assim um grande polo da economia algodoeira da cidade nesta família. Vale salientar que como produtores eles também negociavam com a Anderson Clayton.

Na pesquisa de Sorrentino et al. (1993), *os Luz* são apontados como uma das grandes famílias do algodão, embora eles não tenham sido produtores tão grandes, eles tiveram papel conciso e importante na cultura algodoeira de Ingá. Chegamos então as conclusões através de relatos sobre a mesma que o personagem que se destacou como

líder da família na época do algodão foi Manoel Travassos da Luz. Eles eram produtores de algodão e dependendo da época também compradores, acumulando assim o produto para venda em outros momentos. Dispunham de 30 hectares de algodão com 20 a 30 trabalhadores.

E através dos relatos sobre a mesma é que chegamos mais próximo de como era vida do fazendeiro de algodão em Ingá. "O fazendeiro acordava logo cedo pela manhã, ainda no escuro carregando no alforje do cavalo, carne de charque, rapadura, farinha, ia em direção aos seus hectares, onde encontrava os trabalhadores, que trabalhavam individualmente, uns na enxada, outros puxando o carro de boi. Ao meio-dia uma panela muito grande, quase que uma forma, lotada de feijão e uma tarraxada de carne de charque era distribuída aos trabalhadores que comiam a vontade e bebiam água a vontade, do poço. E pela fisionomia podíamos notar que eram todos felizes" (LUZ, 2016).

Apesar do incentivo do mercado automobilístico na Paraíba (SILVA, 1985, p. 208), o Ingá não se enquadrou nessa modernização em todos os meios de transporte. Pois como relataram os Luz que carros não interessavam, pois, o interessante naquela época era ter "um cavalo bom, um carro de boi possante, isso era o valor que tinha para os fazendeiros da época" (LUZ, 2016).

Diferentemente das outras famílias do algodão de Ingá, os Luz compravam mercadorias em Recife e Natal pelo fato de terem ramificações familiares nestas cidades. E por terem influência com essas cidades podemos dizer que o Ingá também teve influências das mesmas.

Os Luz vendiam algodão para Manoel Cândido, personagem já citado, onde era transportado e negociado com a Anderson Clayton, companhia americana que direcionava o algodão para outras localidades, como os Estados Unidos e Liverpool. E essas sociedades exteriores influenciaram tanto nos costumes que podem ser encontrados nos álbuns de fotos da mesma, mas também financeiramente, pois além do investimento nas cidades, as negociações com os grandes latifundiários, ela empregou muita gente, tornando assim um fator crucial no desenvolvimento da cidade e da cultura algodoeira em Ingá.

Quando ocorrem relatos como o de carros não interessavam, pois, “o interessante naquela época era ter um cavalo bom” e que a sociedade inglesa influenciou nos costumes da nossa sociedade algodoeira, isso nos remete ao texto de Josefa quando diz:

Aqueles homens rústicos do meio rural, ao se deslocarem até a cidade, montados em animais de custo elevado, “pavoneavam-se com enfeites bizarros” na maneira de vestir, nos adereços da montaria, tanto quanto no modo de cavalgar. Com o tempo, foram acrescentando novos hábitos, vestindo roupa de “casemira preta, colete, colarinho e camisa dura de goma” e, ainda, um apara-pó de linho creme. Chegavam, então, até Campina Grande os efeitos da moda inglesa, ou melhor, a presença da produção industrial europeia, impondo novos hábitos, ampliando o mercado consumidor, e, assim, diluíam-se os recursos retidos pela aristocracia rural, com o investimento em artigos de importação. (SILVA, 1985, p. 43).

Essa afirmação sobre os modos dos antigos latifundiários do algodão de Campina Grande se assemelham muito aos relatos encontrados sobre o algodão em Ingá, por isso essa demonstração pode ser tomada como uma alegoria aos modos de viver dos primeiros fazendeiros da cultura do algodão de Ingá, com seus animais de custo elevado e suas roupas a moda estrangeira.

No trabalho de Sorrentino et al. (1993) ainda são citados outros dois grandes fazendeiros integrantes da elite algodoeira do Ingá, estes são: Américo Tito e João Alves Trigueiro, o que integra essas duas famílias no grupo das que já foram trabalhadas e serão demonstradas da mesma forma, através de relatos de familiares descendentes dos mesmos.

Américo Tito foi um grande produtor de algodão, que da mesma forma que as outras famílias também negociou com a Anderson Clayton e Manoel Cândido, tendo sua relação comercial restrita ao município. Como sua propriedade era muito grande ele tinha muitos trabalhadores. Seus trabalhadores tinham por função, cultivar, arar a terra através da tração bovina e colher o plantio de algodão. Ele comercializava o algodão no Ingá e comprava seus produtos de consumo, como comida e roupas, em sua maioria em Ingá, já que as vezes ia para Campina Grande pelo trem, para realizar suas compras.

Mesmo vivendo exclusivamente para o trabalho, ele tinha uma vida social ativa. Gostava muito de organizar festas em sua propriedade e por isso foi um dos idealizadores do Clube União Cultural Ingaense (1949), antigo clube da cidade onde só se entrava as pessoas mais renomadas da sociedade ingaense. Podemos então perceber

que o Clube União foi um fruto da elite algodoeira de Ingá, onde apenas sócios das melhores famílias iriam frequentá-lo.

Já João Alves Trigueiro tinha dois grandes focos: algodão e criação de gado. Como todas as outras famílias ele também negociava com a Anderson Clayton e com Manoel Cândido, inclusive como relato o familiar dele João Alves “foi muito amigo dele” (ALBUQUERQUE, 2016), mostrando que os grandes fazendeiros do algodão de Ingá eram bem próximos.

Em sua propriedade de 65 hectares, 10 quadros eram dele e o resto era dos trabalhadores. Em sua fazenda haviam pessoas que ganhavam seus pedaços de terras, faziam suas casas, mas para isso uma parte do trabalho deles iria para o dono da terra. E para que tudo isso descesse certo, havia uma pessoa responsável pelo controle dos trabalhadores. As funções dos trabalhadores na fazenda eram de cultivar e colher o algodão, mas eles tinham outras funções, pois quando ele relata sobre as suas compras que eram feitas no comércio de Ingá o familiar dele diz que “a feira do meu avô era no sábado, ele fazia compras e mandava os moradores trazer” (ALBUQUERQUE, 2016), mostrando que além do cultivo eles faziam funções diárias devido a relação que estava estabelecida entre o dono da fazenda e os agregados da mesma.

Um fato que foi citado remete a uma semelhança com o que acontecia em Campina Grande e no resto da Paraíba, este fato é citado no trabalho de Aranha (1991) onde ele diz que:

Portanto, ao nível da produção, a acumulação para os grandes proprietários resultou da exploração nas relações de trabalho, seja mediante à obtenção de uma renda em trabalho (sobre-trabalho) cobrada ao agregado que morava na terra sob condição seja mediante uma renda em produto (sobre-produto) cobrada ao meeiro, seja ainda mediante a cobrança de fôro anual ao trabalhador arrendatário. (ARANHA, 1991, p. 130)

Podemos observar então que a relação que o dono da fazenda tinha com o trabalhador da terra, era uma relação de troca, onde o trabalho gerado por esses agregados iria se tornar em lucro, devido a relação que era estabelecida. Este poderia ser um meeiro, um trabalhador arrendatário ou poderia pagar com uma parte da sua produção de maneira mais informal, devido a confiança e a relação de fidelidade que era estabelecida entre proprietário e agregado, que pode ser demonstrada nas ações extratrabalho citadas acima.

Eles não possuíam automóveis, usavam o carro de boi para as atividades cotidianas, como conta o relato do familiar: “até para uma missa, ele levava a mulher num carro, botava duas cadeiras [...] aí o morador ia puxando o carro com dois bois, até o beco da igreja, a antiga Igreja Nossa Senhora da Conceição, aí ele ficava até terminar a missa, quando terminava a missa, ele vinha simhora” (ALBUQUERQUE, 2016). Mostrando que a utilidade dos grandes animais iria muito além do trabalho nas fazendas, mas também demonstravam status, como já foi trabalhado.

Vale salientar que o tráfego de veículos automotores na Paraíba era mínimo. Os carros que existiam eram um cabriolé, uma caleche, puxados a cavalo o que era motivo de orgulho e sinônimo de status (ARANHA, 1991, p. 274).

Podemos também demonstrar a relação próxima que os fazendeiros tinham com os trabalhadores quando ele diz que João Alves no fim do ano “parabenizava os trabalhadores, com carne, essas coisas, as vezes comprava até um vinho para eles” (ALBUQUERQUE, 2016). Através desses agradecimentos ele firmava as alianças com seus trabalhadores, fazendo com que os mesmos permanecessem fiéis e continuassem trabalhando em sua fazenda. O que nos remete ao que Aranha (1991) nos diz sobre as relações de apadrinhamento:

O fato é que essa relação de compadrio e/ou apadrinhamento aproxima indivíduos, socialmente diferenciados, numa relação aparentemente harmoniosa. Era comum, por exemplo, comerem à mesma mesa e demonstrarem até mesmo apreço e amizade uns pelos outros, não obstante as atitudes de deferência dos que se colocavam como subalternos na relação. É como se essa pseudo harmonia acobertasse ou tentasse escamotear o fosso que os separavam ... (ARANHA, 1991, p. 217)

A relação de proximidade com os agregados era estabelecida, mas a distância economicamente e social do proprietário e do agregado ainda continuaria a ser muito grande, mas se os trabalhadores da terra tivessem que se livrar da miséria, este seria o caminho que eles deveriam de trilhar.

Devido aos animais que ele criava e vendia, chegou até a negociar com ciganos como podemos ver nesse relato: “ele negociava com cigano [...] ele se dava muito bem com os ciganos [...] eles tocavam violão [...] eu era menino eu ia para lá” (ALBUQUERQUE, 2016). Este fazendeiro do algodão negociou com uma classe marginalizada da época, mas não perdeu o respeito, pois já detinha o status de

personalidade tradicional da cidade. Finalizamos assim o discurso sobre esses dois personagens.

Um fato que podemos tirar dessas famílias algodoceiras é que “o preço da modernização recaía sobre os ombros do lavrador, ao qual cabia a responsabilidade da produção” (SILVA, 1985, p. 98). As grandes famílias iriam liderar a modernização e o trabalho do lavrador seria o combustível para isso.

Podemos também perceber que da mesma forma que Silva afirma que “a presença em Campina de alguns comerciantes de algodão que conviveram, lado a lado, com as grandes empresas algodoceiras” (1985, p. 204). No Ingá aconteceu da mesma forma, já que muitas dessas famílias chegaram a negociar com a Anderson Clayton e a SANBRA.

E antes de introduzirmos a vida do trabalhador nas fábricas do algodão podemos citar dois personagens que fizeram parte da História do Algodão da Paraíba e indiretamente tinham laços com o município de Ingá, mas sua grande importância foi para o algodão de Campina Grande.

O primeiro foi o coronel Josino da Costa Agra que se destacou no início do século XX, como grande incentivador do plantio intensivo do algodão. Ele possuía fazendas em Campina Grande, em Ingá e Soledade. Com essas fazendas ele se tornou um dos maiores produtores de algodão dessa época, produzindo e comercializando com seus próprios familiares, fortalecendo assim a família Agra e a elite algodoceira da cidade (SILVA, 1985, p. 170-172).

O outro é Salvino Gonçalves de Sousa Figueiredo (1868-1941), natural de Ingá, filho de médio proprietário, com pouca instrução, mas dotado de raro poder de observação e politicamente ambicioso. Ele saiu do Ingá para tentar a sorte em Campina Grande, frequentava as missas de domingo na Matriz de Campina Grande, onde tinha oportunidade de fazer laços com pessoas influentes e políticos. Embora sua integração com as grandes famílias da cidade tenha sido por outros tipos de laços, os laços matrimoniais. Casou-se primeiramente com Brígida Agra, família citada anteriormente, que possuía uma grande fazenda produtora em Ingá, e na segunda vez casou-se com Luíza Viana. Por estas ligações eles conseguiu ascender economicamente, socialmente e politicamente. Ele vendia e comprava algodão e tinha grande atividade na política.

Participando do Partido Republicano em 1916 e tendo boa relação com os eleitores, o que o fez ocupar cargos políticos, mas com a verdadeira ambição de eleger-se prefeito, que nunca conseguiu. Ele sofrera muito na Revolução de 30, mas seu filho engajado politicamente, Argemiro de Figueiredo, o protegeu, já que o mesmo pertencia a frente política da Aliança Liberal, que apoiava a Revolução de 1930 a qual Salvino se opunha. Apesar de todo esse conflito ele pode acompanhar o prestígio do seu filho na política, falecendo apenas em 1941. (SILVA, 1985, p. 172-174)

## **1.2 As empresas: a modernidade que vinha de fora**

Com o impulso que o setor algodoeiro vinha sofrendo na Paraíba, a cidade de Ingá já em 1932, provia de 26 descaroçadores e 19 bolandeiras com capacidade de produzir 190 fardos de algodão por 10 horas de trabalho. Mostrando que esse era o foco da produção de Ingá e que seria por um longo tempo. Já em 1936, com a isenção de impostos para instalação de novas empresas algodoeiras, o Ingá viria a receber a Anderson Clayton e a SANBRA (SORRENTINO et al, 1993, p. 50).

Foi com a ANDERSON, CLAYTON & CIA. LTDA, e a SOCIEDADE ALGOODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO – SANBRA – que o capital internacional se posicionou a favor da indústria e do comércio algodoeiro nacional. (SILVA, 1985, p. 196). E foi com essas empresas que o Ingá iria crescer já que elas instalavam suas filiais na cidade, financiavam os agricultores e comercializavam com os mesmos, gerando assim o monopólio da produção algodoeira nacional. Pois como afirma Silva o algodão “em 1936 assumia a posição de destaque no cenário econômico, ao conquistar o lugar de “segundo principal produto de exportação do país, apenas suplantado pelo café”” (1985, p. 196). Por isso que essas empresas buscaram aproveitar as condições de produção desse produto e focaram no mercado brasileiro.

Essas empresas se instalaram na Paraíba de modo acelerado mostrando assim o envolvimento norte-americano no Estado, pois como afirma Silva:

Ainda mais que a SANBRA, o advento de ANDERSON, CLAYTON & CIA. LTDA, fez tremer os paraibanos. Parecia o polvo de mil tentáculos, a absorção, o aniquilamento inevitável das firmas locais. Com uma técnica de truste, favores, isenções e relações que podia utilizar como nenhuma outra. Alastrando-se no Estado com a mais moderna maquinaria americana, que vinha extinguir os organismos pequenos, maquinazinhas de 15 serras, locomóveis, ‘vapores’ de 2 ½ cavalos do nosso interessante parque do século XIX e primeiro do século XX (SILVA, 1985, p 198-199)

Podemos então perceber o quanto a SANBRA e Anderson Clayton iria impactar a produção algodoeira da Paraíba. As antigas máquinas iriam se tornar defasadas e não tão eficientes perante os avanços que essas empresas estavam fornecendo, o impacto seria grande e atingiria até a pequena cidade de Ingá cujo o potencial algodoeiro era grande e toda a economia e as vivências cotidianas da cidade iria se transformar a partir desse momento.

E nessa implantação de usinas e prensas elas se instalaram em Campina Grande, Alagoa Grande, Cabedelo, Cajazeiras, Patos, Caiçara e Ingá. E para que o lucro não fosse perdido de nenhuma maneira, eles financiavam os lavradores garantindo assim a matéria-prima e os subprodutos do algodão (SILVA, 1985, p. 199-200) Relação que vamos discutir posteriormente, quando todas as instâncias da sociedade negociavam com a Anderson Clayton. Todos os produtores das grandes famílias, os agricultores e até os próprios funcionários das fábricas chegavam a vender o algodão para esta empresa.

Vale salientar que em 1935 a Paraíba situava-se em segundo lugar entre os Estados Brasileiros produtores de algodão. (SILVA, 1985, p. 117). E com todos esses recursos que Ingá possuía já em 1932 ele seria um dos grandes contribuintes para o sucesso da Paraíba perante os outros estados.

São Paulo era quem assumiria a liderança e o fato desse Estado assumir “a liderança desta matéria-prima assumia também posição de concorrente, não só do algodão paraibano, como do Nordeste” (SILVA, 1985, p. 120). Isto seria uma afirmação de extrema importância para discutir conflitos futuros que viriam a acontecer entre o Centro-Sul e o Nordeste do país.

A SANBRA e a ANDERSON, CLAYTON & CIA, foram de extrema importância para Ingá e de maneira sucinta podemos colocar como o objetivo das mesmas este:

Estas empresas dominaram, então, um conjunto de prestação de serviços no setor algodoeiro – descaroçamento, embalagem, armazenagem, fabricação de óleo e outros. Através deste mecanismo foram capazes de acumular capital. A ANDERSON, CLAYTON & CIA., por exemplo, representava os interesses dos Estados Unidos no mercado algodoeiro, não só nesta cidade, mas em toda a América Latina, como veículo de controle tanto da mercadoria como do assalariado, empregado naquelas organizações. (SILVA, 1985, 231)

## **CAPÍTULO 2: DOS TRABALHADORES DAS GRANDES EMPRESAS AO DECLÍNIO DA ECONOMIA ALGODOEIRA: A VIVÊNCIA E O FIM DOS CAMINHOS DA MODERNIDADE.**

### **2.1 Os trabalhadores: agentes construtores da modernidade**

Para discutir as transformações que a Anderson Clayton trouxe para Ingá, buscamos relatos de antigos funcionários da mesma e através desses relatos discutiremos primeiro sobre o cotidiano dos trabalhadores do algodão.

Os funcionários saíam de suas casas que eram localizadas perto da Estação iam a pé até a Anderson Clayton que era neste mesmo bairro, onde trabalhavam 8 horas por dia, distribuídos em três turnos. Tinha uma parte que era de receber e descarregar os caminhões, a segunda parte era o pessoal que botava a pluma para os armazéns de fardos, tinha o pessoal que cortava, os que tiravam a amostra, os que pesavam e tinha o fiscal do Estado que examinava para poder mandar para os Estados Unidos. Tratando sempre bem os funcionários, seus gerentes os atendiam de forma diária e os donos visitavam uma ou duas vezes ao ano, sempre pagando em dia. O salário era pouco, mas naquela época era relativo a realidade que viviam. Por serem tão empenhados os funcionários eram quase todos de Ingá, de fora só havia o classificador. Mas em sua maioria eram pobres que lutavam pelo pão de cada dia. O processo de preenchimento de vagas era feito através de fichas, onde as pessoas se apresentavam e eles já encaminhavam o funcionário para determinado turno. Se a produção do algodão fosse muito grande, havia três turnos, se não fosse, havia apenas dois. A produção de algodão normalmente era grande no mês da safra. E quando saíam do trabalho iam para casa, para agricultura, plantar algodão também, para vender para a Anderson Clayton, que comprava a dinheiro a seus funcionários.

Outro aspecto que podemos observar é que o que os trabalhadores buscavam em 1949: “vilas operárias perto das estações ferroviárias, além de salário melhor” (ARANHA, 1991, p. 233). Algo semelhante já estava acontecendo no Ingá, já que os trabalhadores moravam próximo à estação ferroviária e recebiam um salário que afirmavam ser justo, mostrando assim que com a Anderson Clayton vários ideais das sociedades modernas de boas condições de trabalho estavam presentes em Ingá.

Mas havia também os momentos de lazer, onde após o trabalho os funcionários iam aos bares, ao Cine São José, cinema que já existia no Ingá desde 1927, um dos

funcionários até diz que “o que eu assistia mais era na Semana Santa a Paixão de Cristo” (ALVES, 2016). Torciam para o América Futebol Clube, time destaque na cidade de 1938. Só não tinham acesso as festas e os bailes do Clube União Cultural Ingaense de 1949, pois o acesso ao mesmo só era para sócios, isto é, a elite da cidade, os frutos da sociedade do algodão, cujos os idealizadores foram a elite algodoeira. Embora não pudessem entrar no clube eles não deixavam de curtir o carnaval de rua. Podemos então compreender que apesar das dificuldades e da rotina pesada os trabalhadores da Clayton sabiam aproveitar seus momentos de lazer, tanto com suas famílias como através dos prazeres que a modernidade ingaense proporcionava, mesmo sendo privados de certos locais pela elite algodoeira.

Alguns até se dedicavam aos estudos como relata um funcionário que diz “nós estudava a noite, numa escolinha que tinha ali [Estação], numa capelinha, capelinha São José” (ARRUDA, 2016). Percebemos que era um ensino com doutrina religiosa, como todos os primeiros formatos de educação do país, mas o que chama mais atenção é terem trabalhadores que se preocupavam em se escolarizar naquele tempo, para que futuramente pudessem lutar por seus direitos e criar novas oportunidades na vida, percebendo que aquele momento do algodão poderia ser passageiro.

E diferente das grandes famílias os funcionários compravam seus produtos no comércio local, comprava roupa nas lojas e as roupas para o trabalho na feira, como relata um funcionário dizendo “comprava na feira também, aquelas roupinhas de arrancar toco” (ARRUDA, 2016). O comércio de Ingá era pequeno pois como afirma o mesmo funcionário “o comércio do algodão ia para fora, o povo não investia aqui” (ARRUDA, 2016). E esse foi um dos grandes motivos de Ingá não ter crescido tanto na época do algodão. As pessoas que detinham o poder aquisitivo da cidade tanto as grandes empresas estrangeiras e os grandes fazendeiros não investiram na cidade naquele momento, que poderia ser o momento mais propício para o sucesso da mesma.

O setor algodoeiro foi muito beneficiado pelas ferrovias, desde sua instalação em 1907. “As distâncias entre o sertão e o litoral foram encurtadas com aquele moderno meio de transporte e comunicação, mais rápido e seguro, para o transporte de mercadorias” (SILVA, 1985, p. 136). “Símbolo de progresso e modernização, a Estação Ferroviária do Ingá foi inaugurada em 1909, pela Great Western, ligando Itabaiana, Ingá e Campina Grande pelo caminho de ferro. Além de servir como transporte rápido e

barato para escoar o algodão que era produzido na Vila de Ingá” (FERREIRA, 2012, p. 101). É como relata um funcionário, o transporte pelo trem era barato, o que fazia este ser focado pelas empresas e fazendeiros. E não só isso pois quando outro afirma que a ferrovia “era a coisa que fez falta aqui dentro de Ingá, foi a ferrovia, porque todo o algodão que saía da Anderson Clayton, os fardos que eles tiravam, iam através da linha do trem” (ALVES, 2016).

Outro relata que a pessoa que pagava seus honorários vinha com o trem, quando diz que “quando a rede ferroviária tava era um movimento grande ...o pagador vem ai, todo mundo ia” (SANTANA, 2016). Esse fato do pagamento vir pelos trens se torna verídico já que quando Aranha (2005) nos fala sobre a greve ferroviária de 1909, que todas as atividades ligadas ao trem foram sessadas ele nos mostra que uma das dificuldades encontradas foi que: “usineiros estão em dificuldade para efetuar o pagamento de seus trabalhadores” (2005, p. 104). Isso mostra que a modernidade que veio com o trem era algo que influenciava todas as relações sociais e econômicas da cidade, pois os funcionários moravam ao lado da estação e o dinheiro que os pagava vinha diretamente com o trem. O trem era o que fazia o comércio local gerar lucro, diretamente e indiretamente, através do dinheiro que ele trazia e da compra desses trabalhadores.

Um personagem que é relatado nas falas dos ex-funcionários era um “chefe” da Anderson Clayton conhecido como Schmitz, que eles diziam que era americano, o que prova que o capital financeiro norte-americano que tinha por foco o Brasil, também se instalou em Ingá. O que nos remete a um relato sobre esse investimento que diz: “A atuação de conglomerados econômicos, dominando os diversos setores de atividades constituindo-se força poderosa, em quaisquer locais, onde estabelecessem” (SILVA, 1985, p. 145). Embora o foco que tenha sido dado ao Nordeste tenha sido inferior ao dado ao Sudeste (Ibidem, p. 145). E este foco levará a discussões futuras sobre a relação do Nordeste com o Sudeste na produção de algodão no Brasil, já que determinados fatores fizeram com que alguns investimentos fossem retirados do Nordeste.

## **2.2 As conquistas da modernidade**

Outro grupo que se beneficiou na Era de Ouro do algodão de Ingá foram os comerciantes que começavam a surgir, seguindo o exemplo dos primeiros fazendeiros

que cultivaram o algodão em Ingá. E alguns desses seriam os que iriam perdurar até o fim do cultivo do algodão na cidade, quando a praga do Bicudo assolou a mesma.

Os primeiros novos produtores cultivavam e vendiam o algodão para a Anderson Clayton e Manoel Cândido. Alguns desses eram como já vimos os próprios funcionários da Clayton, mas outras famílias que não trabalhavam na fábrica também entraram no cultivo e ascenderam economicamente com o algodão e permaneceram por muito tempo mesmo após a saída da Anderson Clayton, que iremos trabalhar posteriormente. Estes novos produtores/comerciantes iriam ter resultado ainda por um bom tempo, mas antes de aprofundarmos sobre esse tema, iremos demonstrar os aspectos da modernidade que o Ingá presenciou com a chegada do algodão.

Sorrentino et al. coloca o Ingá como exemplo de modernidade, pois quando ela diz que: “No início da década de 40, o Ingá era o segundo maior produtor de algodão da Paraíba (o maior do Agreste), superado apenas por Patos. Suas culturas eram realizadas com base em critérios da maior modernidade para a época”. (1993, p. 52) Ele nos mostra que o Ingá estava entre os primeiros no comércio do algodão, num Estado que se destacava mundialmente pela exportação desse produto. O auge que a sociedade ingaense chegou nessa época acarretou em grandes mudanças na sociedade.

Inclusive muito perto desse período, em 1938, a Vila do Ingá é elevada à categoria de cidade e o povoado de Riachão à categoria de Vila (SORRENTINO et al, 1993, p. 52), abrindo assim as portas para a modernidade agora como uma cidade.

A modernidade trouxe ao Ingá: um hotel que era considerado um dos melhores do Estado; um cinema chamado Santo Antônio, que ficou ativo por muito tempo; um time de futebol (provavelmente o América Futebol Clube); e uma banda (provavelmente a 31 de março). Informações trabalhadas por Sorrentino et al. (1993), mas que não foram tão aprofundadas, mas que demonstram a mudanças que a vida cultural ingaense via surgindo com a modernidade. Levemos em consideração algumas datas para descobrirmos estas instâncias. Um funcionário da Anderson Clayton afirma que o grande hotel do Ingá na época era chamado de Hotel Rex. O time destaque de 1938 era o América Futebol Clube, time que os funcionários da Clayton torciam. Em 1927 é instalado o Cine São José, único cinema da cidade segundo Alexandre (2012), mesmo cinema cujo os funcionários frequentavam. E a Banda 31 de março já havia sido

fundada em 1933. Através destes dados podemos enquadrar estes objetos como sendo os referidos.

Além disso, existiam outros fatores que mostravam as mudanças da sociedade de Ingá. As Itacoatiras de Ingá são reconhecidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como Patrimônio Nacional em 1944. Isso pode ter se dado graças a atenção que o Ingá atraía pela sua produção algodoeira. Outra instância que surgiu foi o Clube União Cultural Ingaense em 1949, um fruto da elite algodoeira.

O dinheiro ganho pela produção algodoeira foi convertido em casas e armazéns nas proximidades da Igreja Matriz. As famílias saíram da zona rural para urbana, gerando mudanças na estrutura da cidade. E as crianças passaram a frequentar a Escola Reunida (1926) onde existia dois espaços divididos, um para o masculino e outro para o feminino. (FERREIRA, 2012, p. 54)

Os grandes latifundiários detentores da modernidade possuíam grandes propriedades na cidade como já trabalhamos e alguns funcionários buscaram se fortalecerem educacionalmente, o que nos remete ao fato de realmente outras instancias da sociedade terem orientado seus familiares, especialmente as crianças ao ensino escolar, fortalecendo assim a afirmação de Ferreira.

Outro fato importante que podemos destacar é que essa expansão urbanística que vinha acontecendo graças a cultura algodoeira seria de extrema importância para que a cidade se modernizasse e que lhe fosse introduzida novos aspectos da modernidade que o algodão proporcionava.

Em seu trabalho Ferreira também nos mostra que um dos estilos arquitetônicos que predominavam em Ingá era o europeu: Art Neveau e Art Déco. Os proprietários rurais buscavam diferenciar essas novas residências dos antigos casarões em estilo colonial da cidade. (FERREIRA, 2012, p. 77)

Apesar dessas mudanças o único estabelecimento de crédito da cidade era a “Caixa Rural do Ingá” que financiava as lavouras para os agricultores menos favorecidos em 1940 (SORRENTINO et al, 1993, p. 52) Embora em cidades vizinhas, como Campina Grande a implantação de bancos já vinha sendo fecundas.

Outra afirmação levantada por Sorrentino et al. é que “...o comércio local era muito fraco, a ponto das próprias compras domésticas serem feitas em João Pessoa e Campina Grande. [...] a riqueza gerada pelo algodão não trouxe desenvolvimento econômico para a cidade”. (1993, p. 52). Podemos afirmar que Ingá não cresceu, pois, seus habitantes não acreditaram em seu progresso. Estes não investiram no comércio interno, fazendo compras em sua maioria em Campina Grande, em vez de investir internamente. Ingá sofreu de um dos males mais antigos da humanidade, ela não valorizou o seu trabalho em detrimento do outro, colocando a si mesma como sombra das outras cidades que mostravam um desenvolvimento maior.

Embora possamos comungar da afirmação do não desenvolvimento econômico de Ingá de Sorrentino et al. (1993), ainda que isso possa ser um fato questionável, podemos dizer que mesmo não desenvolvendo economicamente, o Ingá pôde mudar suas sociabilidades nessa época áurea do algodão da cidade. Já que qualquer implantação de nova cultura gera mudança.

De 1920-1940 o algodão havia se tornado o produto mais importante para a economia do Estado. (SILVA, 1985, p. 138). Nesse mesmo período entre 1920-1940 foi a fase áurea do algodão em Campina Grande. (SILVA, 1985, p. 214) E o fato que o algodão foi para Campina Grande, a principal atividade econômica que atraía comerciantes de várias regiões até a década de 1940, tornando-se a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás somente de Liverpool, na Inglaterra, dando início ao período conhecido como “era do ouro branco”. (LIMA; BURITI; BEZERRA; PATRICIO, 2013, p. 18). Além disso outro fato é que 1940 seria o ano chave na conquista hegemônica de Campina Grande (ARANHA, 1991, p. 198).

Se até a década de 1940 Campina Grande tornou-se o segundo maior exportador do algodão do mundo e Ingá teve grande potência no setor a partir de 1932 e teve seu auge como segundo produtor do Estado na década de 1940, podemos dizer que Ingá foi um grande contribuinte para a ascensão do ouro branco no Estado e em Campina Grande. Além de ser um desses comerciantes que se deslocavam até a cidade já que as grandes famílias produtoras do algodão comercializavam muitas vezes com Campina Grande, como já foi demonstrado anteriormente.

### **2.3 Declínio da economia algodoeira ingaense e o golpe final dado pela peste do bicudo**

Veremos agora uma das causas do fim da cultura algodoeira em Ingá. O declínio se iniciou-se após 1950. Ingá passava a ser o oitavo lugar na produção do Estado e a Anderson Clayton abandonaria a cidade. Alguns funcionários relatam que a Clayton pode ter abandonado a cidade devido a conflitos internos que foram desgastando o controle da empresa sobre a repartição em Ingá, onde havia muita troca de funcionários, mas o rendimento não ficava mais satisfatório. Com a saída da Anderson Clayton o Ingá mudara, como afirma um antigo funcionário da mesma: “foi a Anderson Clayton e essa estação fechar que deu muito fracasso em Ingá” (SANTANA, 2016).

Mas Sorrentino et al. remete grande parte da culpa ao Centro-Sul, rival que surgira nessa época na produção do algodão, quando diz que: “Na década de 50, o Nordeste começou a ser tratado pelo Governo Federal e a ser visto pela opinião pública do Centro-Sul como uma “região-problema [...] devido à forma ultrapassada com que eram cultivados [seus produtos]” (1993, p. 58). Outro fato é que a matriz da Anderson Clayton era localizada em São Paulo (SILVA, 1985, p. 190), mostrando assim uma aproximação da Anderson Clayton com essa região. Podemos afirmar então que os paulistas construiriam um discurso que diminuiria a qualidade do algodão do Nordeste, estagnando a modernidade da mesma. Talvez por medo de uma sociedade que estava em constante ascensão tornasse a ser o foco da atenção exterior em detrimento da do Centro-Sul.

A produção economicamente do algodão estava debilitada no pós 1950, mas a cultura algodoeira ainda iria permanecer por mais tempo em Ingá, até 1979 e início da década de 80, quando a praga do bicudo assolou o que restava da produção algodoeira da cidade período afirmado por Sorrentino et al. (1993), embora Ferreira (2012) afirme que o bicudo teria sido identificado apenas em 1983, data confirmada também por Matias (1984).

Foi nesse período de final da década de 40 indo até o início da década de 80, que os novos produtores e comerciantes do algodão tiveram seu grande papel na História do Algodão de Ingá. E para falarmos sobre isso buscamos os relatos de comerciantes que estavam em atividade nessa época.

A partir dos relatos chegamos as conclusões que estes comerciantes negociavam com os comerciantes de outras localidades, de outras cidades, como Limoeiro, Timbaúba, Sapé, Serra Redonda, Juarez Távora; com a Indústria Têxtil de Campina Grande; com Pernambuco e quando o algodão estava excedente eles comercializavam com a SANBRA, eles possuíam suas freguesias já pré-estabelecidas. Com algodão sendo transportado agora através de caminhões.

O transporte agora era por caminhões pois “O escoamento do algodão e outras mercadorias por meio de caminhões e, a utilização de carros serão incentivos da política rodoviária” (SILVA, 1985, p 90). Nessa época aconteceu uma política rodoviária de incentivo ao transporte por caminhões, sendo assim os produtores/comerciantes do algodão começaram a utilizar-se desses meios para o transporte do mesmo, agora o trem não tinha o completo monopólio desse tipo de mercadoria. E esse incentivo por política rodoviária pode ser tomado como um aspecto de modernidade.

O preço de venda do algodão era dado pelas usinas, pois como relata um comerciante sobre o preço do algodão, ele falava que “o preço quando subia, eu subia, quando baixava, eu baixava, recebia as ordens das usinas” (SILVA, 2016). Era como relata Sorrentino et al. “Os lucros dessas empresas repousavam nas variações do preço, sempre pouco valorizados para os pequenos produtores, devido a mecanismos como a “compra na folha”” (1993, p. 57). Mas como relata um comerciante “as firmas ajudavam, o gerente de SANBRA vinha direto no meu armazém, implorar para o algodão passar, ficava com a ficha lá” (SILVA, 2016). O que mostra que mesmo estipulando os preços muitos estavam interessados na compra do produto. Embora alguns vissem como problema a produção algodoeira ser comprada com preços pré-fixados, pelo fato de que com esses preços pré-fixados os pequenos produtores poderiam não lucrar tanto naquela época e terminarem sumindo.

A SANBRA estava ativa, mas o principal foco de comércio era com a Indústria Têxtil, que ficava em Bodocongó, Campina Grande. O negócio era tão vantajoso que ele afirma que “quem pagava o imposto era a firma” (SILVA, 2016).

Como a empresa Anderson Clayton havia saído da cidade esses produtores precisam de mão de obra, então havia agora vários trabalhadores que tinha funções semelhantes ao da empresa, eles agora cultivavam e colocavam os produtos do algodão nos caminhões que saíam em direção a SANBRA de Campina Grande.

Com essa movimentação todo o comércio de Ingá deveria crescer, mas como relata o comerciante “o comércio era pequeno, não tinha mercadinho, tinha mercearia” (SILVA, 2016). Mas talvez com um pouco mais de tempo as pessoas começassem a investir mais no comércio de Ingá, pois como ele afirma sobre a cultura do algodão “se hoje tivesse continuado, o Ingá era maior” (SILVA, 2016). E qual foi o motivo de ter acabado a cultura algodoeira do Ingá? Foi um inseto chamado bicudo. E agora vamos nos aprofundar sobre a praga do Bicudo na cidade.

O bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro que mede 6 mm, em média. (AZAMBUJA, 2015, p. 45). Ele foi descrito pela primeira vez por C. H. Boheman no ano de 1843, a partir de um inseto coletado em Vera Cruz, México. Em 1894, ele foi encontrando por Howard no Estado do Texas, Estados Unidos. A partir do início deste século ele se espalhou pelos Estados Norte Americanos produtores de Algodão e chegou também ao Haiti, Venezuela e Colômbia. (MATIAS, 1984, p. 13).

A sua incidência no Brasil, foi vista pela primeira vez em 1983, em Campinas, São Paulo e em julho do mesmo ano ele surgiu no estado da Paraíba, no município de Ingá (MATIAS, 1984, p. 13). Miranda em seu trabalho aponta que é:

...mais aceita a hipótese de que a proveniência destes insetos tenha sido, de fato, o sudeste dos Estados Unidos, e sua introdução tenha sido feita por avião, uma vez que os primeiros focos detectados situavam-se nas proximidades do Aeroporto Viracopos, em Campinas (Nakano, 1983). Confalonieri *et al.* (2000), após avaliarem o DNA mitocondrial de indivíduos de bicudo, confirmaram serem as populações do inseto estabelecidas no Brasil oriundas dos Estados Unidos. (MIRANDA; RODRIGUES, 2015, p. 13-14)

Dos Estados Unidos para o Brasil o Bicudo seria a grande praga do algodão nacional e quem irá nos relatar a chegada do Bicudo em Ingá é um dos produtores/comerciantes de algodão da época chamado Manoel Honório da Silva, ele diz que “numa sexta-feira, de noite, chegou um freguês meu da fazenda do Ângelo, chegou aperreado, com um frasquinho cheio dele, do bicudo, esse besourinho ta acabando o algodão, ta só a folha ... eu tinha visto na televisão que em Campinas de São Paulo, existia esse bicudo... eu disse: Zé, isso aqui 100% é o bicudo que eu vi na televisão, ai fiquei com o frasquinho e ele saiu aperreado. Qual era o meu? Procurar o Fátimo da EMATER... ele comunicou a EMBRAPA de Campina Grande, eu só sei que com dois dias a fazenda do Ângelo encheu de gente, pesquisadores” (SILVA, 2016).

E agora partiremos para o relato do próprio Fátimo Matias em seu livro *Bicudo no Agreste Paraibano: Importância e Controle* (1984) onde ele trabalha a incidência do Bicudo em Ingá.

No dia 4 de Julho de 1983, ao visitar o imóvel rural denominado Ângelo, de propriedade do senhor José Galdino de Lima, no município de Ingá, Paraíba, constatei que havia uma área de 100 há. Cultivada com a cultura de Algodão totalmente infestada pela praga denominada Bicudo (*Anthonomus Grandis Boheman*). Para um técnico com apenas noções sobre essa temível praga, não foi nada comum a surpresa que me envolveu naquele momento. De fato, apenas sabia que o bicudo fora constatado em São Paulo e a sua presença naquela área aliás totalmente desolada das demais áreas de cultivo, constituiu-se em mistério, até agora não desvendado. Apenas confirmou se oportunamente que, depois de Campinas São Paulo, Somente Ingá detinha em seus campos de Algodão a terrível praga. (MATIAS, 1984, p. 15)

Por ser um fato inédito no Nordeste o pesquisador Matias, ciente do perigo alertou imediatamente as instâncias superiores do algodão, lutando para que a frutífera economia algodoeira de Ingá, não viesse a levar seu golpe final.

Ciente da existência da praga no município de Ingá, a minha iniciativa primeira foi a de oficializar sua presença na Paraíba, dirigindo-me ao Centro Nacional de Pesquisa do Algodão CNPA localizado em Camina Grande, para as medidas que fossem julgadas necessárias. Iguamente, tamanha foi a surpresa que invadiu as autoridades daquele Centro de Pesquisa. Imediatamente, foi autorizado o deslocamento de Técnicos especialistas no assunto além de outros ligados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER PARAIBA. A confirmação da presença do Bicudo foi precedida de uma série de exames das plantas atacadas, a partir dos botões florais. Ratificadas as informações e oficializada a presença da praga no Estado, o CNPA designou Técnicos da EMATER PARAIBA a que distribuíssem equipamentos adequados, as chamadas armadilha de feromônio, tanto nas áreas detentoras da praga, como em outras onde se cultivava a cultura do Algodão, a partir da Paraíba, continuando esse levantamento nos demais Estados do Nordeste. (MATIAS, 1984, p. 15-16)

Então podemos perceber que o que viria a ser o fim da cultura do algodão em Ingá foi o que alertou o resto do cultivo no Nordeste inteiro. O bicudo seria então o que iria finalizar o cultivo do algodão em Ingá, mas a cidade se tornara o mártir defensor da cultura algodoeira do Nordeste Brasileiro.

Manoel Honório relata que o bicudo chegou três dias depois na sua propriedade, fato relato por Matias no seu trabalho quando diz que “os trabalhos do combate ao Bicudo tiveram continuidade com a pulverização do campo do senhor Manoel Honório da Silva, no imóvel Humaitá, ainda no município de Ingá. (1984, p. 16).

Os recursos para erradicar o bicudo na Paraíba demoraram a chegar, pois o mercado internacional não tinha interesse nessa cultura e o mercado interno contava com outras áreas para o seu abastecimento. (SORRENTINO et al, 1993, p. 65)

Precisávamos então conviver com o Bicudo e a forma de conviver com esse inseto era apontado por Matias: “podemos conviver com o Bicudo, desde que sejam asseguradas condições mínimas dessa convivência, como o crédito rural, preços condizentes com a realidade do campo, incentivo governamentais, enfim um mínimo indispensável à continuidade das atividades inerentes à cultura do Algodão”. (1984, p. 32). Mas essas medidas não foram tomadas e como afirma Honório da Silva (2016): “...depois do Bicudo tentei plantar de novo, mas o valor do algodão, não recompensava”. Sem o auxílio necessário o bicudo surgiria e destruiria o resto da sociedade algodoeira ingaense. Portanto, o algodão não podia ser tão rentável e conseqüentemente Ingá ficou pelo caminho no processo de modernização trazido pelo algodão, lutando até o fim, mas tirando pouco do que poderia ser a sua grande ascensão, o ouro branco. Podemos então tomar esse recorte temporal como a “Era do Ouro Branco do Ingá”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho podemos concluir que através de determinados atores sociais que tiveram seu papel significativo em um determinado momento é que podemos desbravar a história que ainda não foi contada. Construir a história através dos próprios sujeitos dela, torna ainda mais verídico o papel que nós mesmos estamos inseridos, isto é, nós no nosso cotidiano, vivendo no nosso grupo de relações, através das nossas e talvez apenas da nossa vivência estamos fazendo parte da história e muitas vezes até fazendo um papel muito importante, apesar que não damos a importância e nem ao menos pensamos em escrever sobre o nosso papel na cidade ou grupo que estamos inseridos. Aí é onde o historiador deve ser o protagonista, ele deve construir a história das pessoas que ainda não se reconhecem como sujeitos históricos, fazendo isso ele estará em pleno ato do seu ofício o de ser historiador.

Também conseguimos analisar que vários símbolos do moderno que adentraram no atual Nordeste brasileiro também tiveram sua presença no município do Ingá e através destes símbolos os modos de viver e de se relacionar mudaram. Atingindo todos os âmbitos da sociedade esses equipamentos do moderno eram trazidos por determinados grupos que talvez nem imaginassem que todos da cidade iriam usa-los, mas a modernidade não chega apenas para um, ela adentra em todos os cômodos do lugar onde ela chega, atingindo a todos. O golpe as vezes é mais forte em uns, mas isso não quer dizer que aqueles que estão a janela da casa não iriam receber. Por isso que neste trabalho conseguimos perceber que a Modernidade alcançou os grandes fazendeiros que estavam em contato maior com esses equipamentos do moderno, mas também a modernidade atingiu os pequenos agricultores e os funcionários das fábricas que viam no algodão a esperança de ascensão social e aproximação com essa modernidade trazida pelos fazendeiros e grandes empresas.

E por fim podemos concluir que embora Ingá tenha trilhado um bom caminho com o algodão e resistido até o último suspiro, ele levaria um golpe do destino. Onde a primeira cidade do atual Nordeste que iria receber a praga do bicudo seria ela. Através dessa praga, a modernidade, a ascensão e a esperança de uma vida melhor que os trabalhadores buscavam chegaria ao fim, pois o Ingá seria o primeiro a sofrer do Bicudo e a partir daí o algodão iria dar seus últimos passos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. *Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande: UFPB, 1991.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 79-132.

AZAMBUJA, Rosalia; DEGRANDE, Paulo Eduardo. Biologia e Ecologia do Bicudo-do-Algodoeiro no Brasil. In: *O bicudo-do-algodoeiro (Anthonomus grandis BOH., 1843) nos cerrados brasileiros: biologia e medidas de controle*. Cuiabá (MT), 2015. p. 45-57.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, UFCG, 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Alexandre. *Ingá: Retalhos da História...resquícios de memórias*. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2012.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 3-14.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: Silveira, Rosa Maria Godoy da et ali. *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

LIMA, R. C. S. A. de; BURITI, C. O. ; BEZERRA, H. A. ; PATRICIO, M. C. . Abastecimento de Água em Campina Grande (PB): um panorama histórico. In: Antonio

Guedes Rangel Junior e Cidoval Moraes de Sousa. (Org.). *Campina Grande Hoje e Amanhã*. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2013. p. 15- 27.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa da história oral. In: AMADO, Janáina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 15-26.

MATIAS, José de Fátimo. *Bicudo no Agreste Paraibano: Importância e Controle*. Gráfica Júlio Costa, 1984.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRANDA, José Ednilson; RODRIGUES, Sandra Maria Moraes. História do bicudo no Brasil. In: *O bicudo-do-algodoeiro (Anthonomus grandis BOH., 1843) nos cerrados brasileiros: biologia e medidas de controle*. Cuiabá (MT), 2015. p. 10-44

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993. p. 07-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, Nº3, 1989, p.3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: modernização e miséria*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1985.

SORRENTINO, Rossana de Souza; (coord.) et al. *Uma História do Ingá*. Editora Universitária – UFPB, 1993.

**FONTES ORAIS**

ALBUQUERQUE, João Trigueiro de. A História do Algodão em Ingá. [04 de julho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

ALVES, Renato. A História do Algodão em Ingá. [22 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

ARRUDA, José Severino de. A História do Algodão em Ingá. [25 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

BACALHÃO, Marcos Antonio Magno. A História do Algodão em Ingá. [26 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

LUZ, Walter Mario da Luz. A História do Algodão em Ingá. [22 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

SANTANA, José Paulo de. A História do Algodão em Ingá. [21 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

SILVA, Manoel Honório da. A História do Algodão em Ingá. [21 de junho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.

TITO FILHO, Antonio. A História do Algodão em Ingá. [04 de julho, 2016]. Ingá. Entrevista concedida a José Batista de Lira Neto.